



ACÓRDÃO Nº538/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12483/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsáveis:** Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa (Ordenador de Despesa) e Silvío Romano Benjamim Júnior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogados:** Kátiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225, Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa – OAB/AM 7106.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 156/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Ciência.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual Hospital e Pronto Socorro João Lúcio Pereira Machado, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, ex-Diretor, período de 01/01/2019 a 06/05/2019 e do **Sr. Silvío Romano Benjamim Júnior**, ex-Diretor, período de 01/05/2019 a 31/12/2019, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei 2.423/1996 c/c o art. 188, inciso II da Resolução nº 04/2002-RI/TCE.
- 10.2. **Dar ciência** ao **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa** e ao **Sr. Silvío Romano Benjamim Júnior** sobre a decisão desta Corte
- 10.3. **Determinar** à Origem que:
 - a) tome providências nos abastecimentos feitos pela Central de Medicamentos – CEMA, no sentido de que não acarrete diversos vícios



ACÓRDÃO Nº538/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

e ilegalidades, além da prestação de serviços de forma deficiente, pelas Unidades de Saúdes que necessitam serem abastecidas;

b) instrua os processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação com os devidos pareceres jurídicos, em cumprimento aos art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, sob pena de ser responsabilizado na forma do artigo 89 da citada Lei;

c) mantenha as Declarações de Bens atualizadas dos Agentes Públicos, em cumprimento ao art. 13, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.429/92 e art. 289, § 1º e § 2º, da Resolução nº 04/2002 – TCE.

d) cumpra o prazo estabelecido no art. 3º da Resolução Nº 05/09 c/c o art. 185, § 2º, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE E art. 29, § 1º da Lei nº 2.423/96, referente ao encaminhamento da Prestação de Contas Anuais;

e) nomeie uma Comissão de Patrimônio, para que seja feito um levantamento geral dos Bens Patrimoniais do Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado, cumprindo desta forma o estipulado na Lei nº 4.320/64;

Vencido o voto-vista do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, pela irregularidade das Contas e aplicação de multa aos responsáveis.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral